Docusign Envelope ID: A97F0966-A8A1-4ED0-9B84-C538224B1AAB

ARCO EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 20.023.340/0001-45

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais - Período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 30 de setembro de 2025	Controladora 31 de dezembro de 2024	Consolidado 30 de setembro de 2025	Consolidado 31 de dezembro de 2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.591	61	1.074.962	1.045.165
Aplicações financeiras	5	-	-	111.643	139.466
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.257.896	1.365.535
Estoques	7	-	-	296.736	262.651
Despesas Antecipadas		3	110	104.858	120.808
Impostos a recuperar	8	344	276	105.331	73.392
Partes relacionadas	9	3.774	3.554	16.099	17.675
Dividendos a receber	9	-	9.305	-	-
Outras contas a receber		-	-	2.924	4.223
Total do ativo circulante		**12.712**	**13.306**	**2.970.449**	**3.028.915**
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	42.331	40.181
Impostos a recuperar	8	-	-	1.474	1.188
Impostos diferidos	21	-	1.521	555.735	436.363
Partes relacionadas	9	115.017	104.228	346.229	288.213
Outras contas a receber		112	-	77.460	76.018
		115.129	**105.749**	**1.023.229**	**841.963**
Investimentos	10	2.824.632	2.976.548	29.102	26.707
Imobilizado	11	-	-	32.773	35.948
Direito de uso	12	-	-	71.899	74.057
Intangível	13	-	-	3.029.253	3.069.712
		2.824.632	**2.976.548**	**3.163.027**	**3.206.424**
Total do ativo não circulante		**2.939.761**	**3.082.297**	**4.186.256**	**4.048.387**
Total do ativo		**2.952.473**	**3.095.603**	**7.156.705**	**7.077.302**

	Notas	Controladora 30 de setembro de 2025	Controladora 31 de dezembro de 2024	Consolidado 30 de setembro de 2025	Consolidado 31 de dezembro de 2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		58	222	423.673	196.598
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	209.037	163.294
Impostos e contribuições a recolher		65	37	17.499	25.671
Imposto de renda e contribuição social a recolher		299	-	3.019	12.500
Adiantamento de clientes		-	-	49.839	47.978
Passivo de arrendamento	12	-	-	35.265	43.619
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	689.254	505.482
Obrigações a cotistas de FIDC	14	-	-	21.711	131.343
Contas a pagar de aquisição societária	15	-	-	6.443	549.246
Partes relacionadas		-	-	2.490	-
Dividendos a pagar	9	5.700	5.700	5.700	5.700
Outras contas a pagar		826	827	42.367	44.903
Total do passivo circulante		**6.948**	**6.786**	**1.506.297**	**1.726.334**
Não circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	31.103	14.866
Passivo de arrendamento	12	-	-	44.052	40.284
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.349.013	2.139.581
Obrigações a cotistas de FIDC	14	-	-	321.286	107.080
Provisão para contingências	24	-	-	15.142	7.089
Contas a pagar de aquisição societária	15	-	-	-	5.834
Outras contas a pagar		67.766	58.344	12.053	5.761
Total do passivo não circulante		**67.766**	**58.344**	**2.772.649**	**2.320.495**
Patrimônio líquido	17				
Capital social		3.243.211	3.243.211	3.243.211	3.243.211
Reservas de capital		(108.300)	(57.610)	(86.739)	(57.610)
Prejuízos acumulados		(417.879)	(275.098)	(437.101)	(275.098)
Reserva de remuneração baseado em ações		160.727	119.970	158.388	119.970
Total do patrimônio líquido		**2.877.759**	**3.030.473**	**2.877.759**	**3.030.473**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.952.473**	**3.095.603**	**7.156.705**	**7.077.302**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora 30 de setembro de 2025	Controladora 31 de dezembro de 2024	Consolidado 30 de setembro de 2025	Consolidado 31 de dezembro de 2024
Receita líquida	18	-	-	1.815.142	2.619.740
Custo das vendas	19	(136)	(34)	(635.410)	(868.268)
Lucro bruto		**(136)**	**(34)**	**1.179.732**	**1.751.472**
Despesas operacionais					
Despesas de vendas	19	(70)	(80)	(755.994)	(903.856)
Despesas gerais e administrativas	19	(2.715)	(8.893)	(481.717)	(551.364)
Equivalência patrimonial	10	(161.839)	(31.855)	248	(112)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	21	3	(20.652)	7.700
Lucro (prejuízo) operacional		**(164.739)**	**(40.859)**	**(78.383)**	**303.840**
Receitas financeiras		11.496	12.726	244.456	180.771
Despesas financeiras		(6.839)	(7.125)	(418.821)	(475.886)
Resultado financeiro	20	4.657	5.601	(174.365)	(295.115)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(160.082)**	**(35.258)**	**(252.748)**	**8.725**
Imposto de renda e contribuição social	21				
Corrente		(400)	-	(28.627)	(33.651)
Diferido		(1.521)	1.517	119.372	(8.815)
		(1.921)	1.517	90.745	(42.466)
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício		**(162.003)**	**(33.741)**	**(162.003)**	**(33.741)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 30 de setembro de 2025	Controladora 31 de dezembro de 2024	Consolidado 30 de setembro de 2025	Consolidado 31 de dezembro de 2024
Lucro (prejuízo) líquido do período/exercício	(162.003)	(33.741)	(162.003)	(33.741)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período/exercício	**(162.003)**	**(33.741)**	**(162.003)**	**(33.741)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.243.211**	**77.641**	**(241.357)**	**3.079.495**
Lucro líquido do exercício	-	-	(33.741)	(33.741)
Aumento de capital	-	-	-	-
Efeito Reflexo de investidas	-	(1.359)	-	(1.359)
Plano de opções de Ações Restritas	-	763	-	763
Ações entregues	-	(14.685)	-	(14.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**3.243.211**	**62.360**	**(275.098)**	**3.030.473**
Lucro líquido do período	-	-	(162.003)	(162.003)
Aumento de capital	-	-	-	-
Efeito Reflexo de investidas	-	15.289	-	15.289
Ações entregues	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**3.243.211**	**71.649**	**(437.101)**	**2.877.759**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 30 de setembro de 2025	Controladora 31 de dezembro de 2024	Consolidado 30 de setembro de 2025	Consolidado 31 de dezembro de 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(160.082)	(35.258)	(252.748)	8.725
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	258.797	359.208
Perda estimada nos estoques	-	-	33.485	21.772
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	-	-	201.648	232.949
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixados	-	-	756	1.445
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.133)
Juros na aquisição de investimentos	-	-	15.484	83.042
Rendimento de aplicação financeira não equivalente de caixa	(13)	(181)	(3.578)	(62.181)
Equivalência patrimonial	161.839	31.855	(248)	112
Mudança de valor justo em aquisição de investimento	-	759	(74.780)	34.979
Provisão para contingências	-	-	8.659	6.709
Plano de remuneração de acionistas	-	-	-	(596)
Juros sobre arrendamento	-	-	6.210	6.771
Juros provisionados	-	-	353.711	310.486
Obrigações previdenciárias plano de remuneração de acionistas	-	(1.562)	22.703	20.372
Valor justo na aquisição de investimentos	-	-	(2.147)	(152)
Ganho em mudança de participação	-	-	-	-
Juros ativos	-	(6.175)	(35.680)	(32.233)
Variação cambial	19	(118)	2.103	(1.205)
	1.763	**(10.680)**	**534.375**	**989.070**
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber de clientes	-	-	(94.009)	(411.309)
Estoques	-	-	(71.098)	32.560
Impostos a recuperar	2.807	150	(18.452)	2.892
Outras contas a receber	(11.014)	(102)	(8.661)	(6.534)
Fornecedores	(164)	115	227.075	(31.654)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(17.511)	39.277	1.167
Impostos e contribuições a recolher	28	(3.928)	(8.186)	(2.200)
Adiantamento de clientes	-	-	1.861	11.753
Outras contas a pagar	9.420	-	5.657	40.887
Caixa gerado (aplicado nas) pelas operações	**2.840**	**(31.956)**	**607.839**	**626.632**
Juros pagos de arrendamento	-	-	(8.626)	(9.672)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(346.901)	(302.037)
Juros pagos de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(115.573)	(131.244)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.994)	-	(48.175)	(34.861)
Pagamento de contraprestação contingente	-	-	(337.726)	(45.719)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(154)**	**(31.956)**	**(249.162)**	**103.099**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(7.034)	(17.523)
Aquisição de intangível	-	-	(166.224)	(181.038)
Aplicações financeiras	(18.017)	204	(535.199)	(1.824.040)
Aumento de capital em investidas	(29.645)	(24.848)	-	-
Venda de participação em investida	-	-	-	-
Dividendos recebidos de investidas	-	-	-	-
Resgate aplicações financeiras	17.867	-	556.184	1.806.006
Resgate de rendimento de aplicação financeira	163	-	8.265	25.050
Transações com partes relacionadas	-	70.980	-	64.442
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(29.632)**	**46.336**	**(144.008)**	**(127.103)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Transações com partes relacionadas	-	(14.685)	-	(14.685)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	237.952	913.746
Plano de remunerações dos acionistas	(6.000)	-	9.289	-
Distribuição dos dividendos	44.316	-	-	-
Pagamento de arrendamento	-	-	(39.145)	(38.916)
Emissão de debêntures líquido dos custos de captação	-	-	786.374	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(533.358)	(19.663)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(6.874)
Pagamento de contas a pagar de aquisição societária	-	-	(36.042)	(267.271)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	**38.316**	**(14.685)**	**425.070**	**566.337**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(2.103)	(537)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**8.530**	**(305)**	**29.797**	**541.796**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	61	366	1.045.165	503.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/exercício	8.591	61	1.074.962	1.045.165
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**8.530**	**(305)**	**29.797**	**541.796**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Período findo em 30 de setembro de 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arco Educação S.A. ("Arco Brasil" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída de acordo com as leis brasileiras e com sede na Rua Augusta, 11º andar, 2840, Consolação, estado de São Paulo. A Companhia é controlada direta da Arco Platform Limited. ("Arco"), sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman em 12 de abril de 2018. OSC Investments Limited é a controladora final da Companhia. A Companhia é a holding das subsidiárias operacionais, denominadas coletivamente de "Grupo", que fornece conteúdo educacional do ensino básico ao secundário (currículo K-12) e soluções financeiras completas para escolas e responsáveis financeiros. A Companhia oferece uma plataforma pedagógica abrangente usando recursos de tecnologia para entregar conteúdo educacional para melhorar o processo de aprendizagem. As atividades da Companhia compreendem a edição, publicação, publicidade e venda de conteúdo educacional para escolas privadas em estados e cidades brasileiras onde entrega conteúdo impresso e digital. Além de seu conteúdo educacional e currículo, a Companhia oferece uma solução financeira completa para instituições de ensino, garantindo recebíveis de mensalidades, assumindo operações de cobrança e fornecendo financiamento de dívidas, e distribui serviços de software para funções financeiras e administrativas. A empresa tem um modelo de negócios altamente escalável que enfatiza a eficiência operacional e a lucratividade. A Companhia opera por meio de contratos de serviço de longo prazo com escolas privadas. Esses contratos geralmente variam de um a cinco anos. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada escola usando as soluções e o preço acordado por aluno por ano, de acordo com os termos e condições estabelecidos em cada contrato. Como resultado, a receita e as margens operacionais da empresa são altamente estáveis e previsíveis. A margem operacional é calculada pela divisão do lucro operacional pela receita em um determinado período. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pela diretoria em 18 de dezembro de 2025. **1.1 Eventos significantes durante o exercício: Para o período findo em 30 de setembro de 2025: (a) Mudança de exercício social:** Em 30 de Janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou pela alteração da data de encerramento do exercício social, que passou de 31 de dezembro para 30 de setembro. Assim, o exercício social de 2025 compreende o período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025, totalizando nove meses e não é diretamente comparável com o período anterior, que contempla 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, totalizando doze meses. **Motivação da mudança:** A alteração tem por objetivo alinhar o encerramento do exercício social ao ciclo operacional e orçamentário do grupo econômico e refletir melhor a sazonalidade das operações da Companhia, que historicamente tem uma concentração de receita entre outubro e dezembro. Tal modificação visa aprimorar o processo de reporte e de análise do desempenho econômico-financeiro da Companhia. A Companhia comercializa materiais didáticos cujos contratos seguem o calendário letivo brasileiro. O reconhecimento de receita ocorre mediante a entrega dos materiais, correspondendo ao ciclo denominado 'Ano Coleção', que vigora de outubro a setembro do ano subsequente. Este ciclo encontra-se agora alinhado ao novo exercício social da Companhia, cujo encerramento foi alterado para setembro. Embora a contratação dos produtos pelas escolas ocorra, majoritariamente, até o final do ano civil, o reconhecimento contábil da receita é distribuído conforme as janelas de entrega. A Companhia apresenta forte sazonalidade, concentrando a maior parte da receita e do lucro bruto entre outubro e março - período que compreende o último trimestre do ano civil e o primeiro trimestre do ano seguinte - visando o início do ano letivo em fevereiro. As entregas remanescentes ocorrem entre abril e setembro. Ressalta-se que oscilações mensais ou trimestrais refletem o planejamento tático-operacional de entregas e não devem ser interpretadas, isoladamente, como indicadores de tendência de crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Portanto, para fins de mensuração de crescimento e comparabilidade de margens com períodos anteriores, recomenda-se a análise do ciclo completo de 12 meses, compreendido entre outubro e setembro. **Impacto na comparabilidade das demonstrações financeiras**: Nos termos do art. 176, §1º, da Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em base comparativa com o exercício imediatamente anterior. No entanto, em razão da alteração do exercício social, o período encerrado em 30 de setembro de 2025 possui duração distinta do exercício anterior, que abrangia 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. Em observância ao item 36 do CPC 26 (R1), a Companhia informa que, devido à diferença na duração dos exercícios, os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são totalmente comparáveis com os do período anterior. Essa diferença temporal pode afetar a análise das variações de receita, custos, despesas e resultado do exercício, motivo pelo qual a administração recomenda que as comparações sejam interpretadas com cautela. **Declaração da administração**: A administração declara que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, refletindo de maneira adequada a alteração do exercício social e as informações necessárias para a compreensão dos efeitos decorrentes dessa modificação. **(b) Transações financeiras**: **Emissão de debêntures**: • Em 14 de julho de 2025, a Companhia assinou um contrato de debêntures para a emissão de 600.000 debêntures não conversíveis, cuja emissão foi realizada em 15 de julho de 2025, com valor nominal de R$ 1 cada, no valor total de R$600 milhões, sendo efetivamente creditado para a Companhia em 29 de julho de 2025. • Em 15 de agosto de 2025, a Companhia celebrou contrato de debênture securitizada para a emissão de 200.000 debêntures não conversíveis, cada uma com valor nominal de R$ 1, com um valor total de R$ 200 milhões, que foi creditado para a Companhia em duas parcelas, em 25 e 26 de agosto de 2025. Os valores foram para distribuição pública no Brasil com esforços restritos a investidores institucionais, de acordo com a Resolução 160 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) (a "Oferta"). **Captação de crédito de curto prazo**: No terceiro trimestre de 2025, a Companhia concluiu a segunda captação do Isaac Crédito Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros de Responsabilidade Limitada ("FIDC de Crédito"), totalizando R$70.000 em capital adicional levantado junto a investidores terceiros por meio da emissão de novas cotas mezzanine. A estrutura e a finalidade dessa segunda emissão permanecem consistentes com as da captação inicial. Consulte a Nota 14.e) para mais informações. **Captação de crédito de longo prazo**: A Companhia constituiu o Isaac Crédito Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros de Responsabilidade Limitada ("FIDC Flex"), um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") de capital fechado. O principal objetivo do fundo é proporcionar retornos aos seus cotistas por meio do investimento de seus recursos primordialmente na aquisição de direitos creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade e à Política de Crédito definidos. O FIDC Flex é estruturado como um fundo de classe única de cotas e é acessível exclusivamente a investidores profissionais qualificados. O fundo iniciou suas operações financeiras em maio de 2025, com uma contribuição inicial de capital de R$ 1.722, seguida de uma contribuição adicional de R$ 16.800 em junho de 2025, totalizando R$ 18.522. Também em junho, houve uma integralização de R$ 18.568 em direitos creditórios, totalizando R$ 37.090 em capital subscrito ao final do período de O fundo é indiretamente controlado pela Companhia, que detém cotas subordinadas. Como únicos detentores dessas cotas subordinadas júnior, temos direito ao valor residual do fundo e, portanto, estamos expostos aos seus retornos variáveis. O FIDC Flex atende à definição de entidade estruturada nos termos do IFRS 10 e é totalmente consolidado nas nossas demonstrações financeiras. **Captação dedicada ao segmento K-12 da Isaac**: No primeiro trimestre de 2025, a Companhia concluiu a segunda rodada de captação do fundo dedicado ao segmento K-12 por meio de sua subsidiária, Isaac Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento de Serviços Educacionais ("Isaac FIDC"). O montante total de capital captado junto a terceiros foi de R$167.952, recebido em duas parcelas: R$84.320 em janeiro e R$83.632 em fevereiro. O fundo permitirá à Isaac financiar o capital de giro relacionado à sua garantia de receitas. Para mais informações. Consulte a Nota 14.e) para mais informações. **(c) Aquisição de participação em outras entidades**: **Pagamento da parcela remanescente da Internacional School**: Em 25 de abril de 2025, a Companhia concluiu o pagamento remanescente referente a aquisição da International School no valor de R$448,8 milhões, encerrando a obrigação incluída na rubrica de contas a pagar de aquisição societária. **(d) Reestruturação societária**: **Reestruturação societária - SAE Digital S.A**: Em 1º de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Arco Educação S.A. realizou um aumento de capital na Companhia através da subscrição das ações do SAE Digital S.A. no valor de R$158.466, que, por sua vez, foi incorporada pela Companhia nesta data. A incorporação foi parte da estratégia de reestruturação do Grupo. Os ativos e passivos incorporados do SAE Digital S.A. foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação. **Reestruturação societária - Ways Bilingual School S.A**: Em abril de 2025, uma nova subsidiária integral denominada Ways Bilingual School S.A. ("Ways") foi estruturada e atuará como franqueadora de escolas. **Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**: (a) **Transações Financeiras**: **Emissão de debêntures**: Em 14 de maio de 2024, a Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. ("CBE" ou "Emissora"), uma subsidiária integral indireta da Companhia, assinou um contrato de debêntures. Em 07 de junho de 2024, a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, cada uma com valor nominal de R$ 1 ("Debêntures"), totalizando R$ 800 milhões, para distribuição pública no Brasil com esforços restritos a investidores institucionais de acordo com a Resolução 160 da CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("Oferta"). A Oferta faz parte da estratégia de gestão de balanço da Companhia para fortalecer sua posição de caixa. **Financiamento de crédito de curto prazo**: Em julho de 2024, a empresa anunciou a constituição do Isaac Crédito Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros de Responsabilidade Limitada ("FIDC Crédito") dedicado à aquisição de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) emitidas por instituições de ensino, por meio da captação de um montante total de R$ 40.708 em capital de terceiros. FIDC significa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, um fundo de investimento legalmente estruturado estabelecido pela legislação brasileira designado especificamente para investir em recebíveis de direitos creditórios. O FIDC Crédito é controlado indiretamente pela Companhia e levantou capital por meio da emissão de cotas mezanino para investidores terceiros, que receberão um retorno sobre esse investimento. A participação da Companhia no FIDC Crédito é em cotas subordinadas. Como únicos detentores das cotas subordinadas, temos direito ao valor residual integral das entidades, se houver, e, portanto, temos direito aos seus retornos variáveis. Consideramos o FIDC Crédito uma entidade estruturada conforme definido pelo CPC 36, por isso é consolidado em nossas demonstrações financeiras. As cotas mezanino são contabilizadas como um passivo financeiro na rubrica "Obrigações com os cotistas de FIDC" e a remuneração paga aos seus cotistas é registrada como despesa de juros. Vide Nota 14 para maiores informações. **(b) Aquisições de investidas**: Em 1º de novembro de 2024, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela, referente aos 75% das ações remanescentes da Positivo, no valor de R$ 391.882, conforme descrito na Nota 15. **(c) Reestruturações internas**: **Reestruturação Societária**: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou a Me Salva! Cursos e consultoria S.A, pela Companhia Brasileira de Educação e Ensino S.A. A incorporação foi parte da estratégia de reestruturação da empresa. A empresa incorporada estava sob controle comum da Companhia e os ativos e passivos incorporados da respectiva empresa foram registrados pelos seus valores contábeis. Não houve efeitos tributários decorrentes da incorporação. **Alteração de razão social de subsidiária**: Em 28 de maio de 2024, conforme deliberação aprovada pelo Conselho de Administração e registrada na Junta Comercial de São Paulo, a denominação social da controlada OISA Tecnologia e Serviços Ltda. foi alterada para Isaac Tecnologia e Serviços Ltda.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) provisão para redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). **2.2 Base de consolidação**: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A tabela abaixo é uma lista das controladas, coligadas e investidas do Grupo:

Nome	Atividade	Classificação	Participação direta e indireta 2025	2024
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
SAE Digital S.A. (a)	Material didático	Controlada	-	100,0%
International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A.	Material didático	Controlada	100,0%	100,0%
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda.	Serviços de cobrança	Controlada	100,0%	100,0%
Isaac Holding Financeira Ltda	Holding	Controlada	100,0%	100,0%
Isaac Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros de Responsabilidade Limitada	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	-
Isaac Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento de Serviços Educacionais	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	100%
Isaac Crédito Flex Fundo de Investimento em Direitos Créditos Financeiros de Responsabilidade Limitada	Private equity	Brazil	Subsidiary	100.0%
Activesoft Tecnologia e Serviços Ltda.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
Classapp Sistemas Ltda.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
Escolas Exponenciais Ltda.	Tecnologia educacional	Controlada	100,0%	100,0%
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Fundo de investimento	Investida	11,3%	10,9%
Tera Treinamentos Profissionais Ltda	Material didático	Investida	20,3%	20,3%

(a) Durante o período findo em 30 de setembro de 2025, a entidade foi incorporada, conforme descrito na Nota 1.1; Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. **2.3 Políticas contábeis materiais:** Esta nota fornece uma descrição das políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, além de outras políticas que foram divulgadas em outras notas dessas demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas consistentemente a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário. **a) Combinações de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesas administrativas, quando incorridos. O Grupo determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de criar saídas. O processo de adquirir é considerado substantivo se for crítico para a capacidade de continuar produzindo resultados, e os insumos adquiridos incluem uma força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou contribui significativamente para a capacidade de continuar produzindo resultados e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar produzindo produtos. Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. A contraprestação contingente classificada como um ativo ou passivo que é um instrumento financeiro e no escopo do CPC 48 Instrumentos Financeiros é mensurada pelo valor justo com as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o CPC 48. Outros a contraprestação contingente que não está dentro do escopo da CPC 48 é mensurada pelo valor justo em cada data de relatório com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado pelo custo (sendo o excedente da contraprestação transferida, em relação ao valor reconhecido de participação de não controladores e qualquer participação anterior detida sobre os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excedente do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, então o ganho é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. A legislação tributária vigente permite a dedutibilidade do ágio da data de aquisição e do justo valor dos ativos líquidos adquiridos quando uma ação não substantiva é tomada após a aquisição pela Companhia (ou seja, quando acontece a fusão, incorporação ou cisão dos negócios adquiridos) e, portanto, a base tributária e contábil dos ativos líquidos adquiridos são os mesmos da data de aquisição. Até que tal ação ocorra, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data da aquisição e não são reconhecidos efeitos fiscais diferidos. Certas controladas adquiridas utilizam o regime de lucro presumido para calcular os impostos sobre o lucro, conforme descrito na nota 22. No âmbito deste regime, não há diferença entre a quantia escriturada e a base tributária relacionada de ativos e passivos e, por consequência, não foram registados impostos diferidos nestas demonstrações financeiras na data de aquisição ou em quaisquer períodos subsequentes. **b) Investimento em coligadas:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As considerações efetuadas na determinação de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às controladas. Os investimentos da Companhia em sua coligada e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos. A Companhia não registra a participação de não controladores. A abordagem adotada pela Companhia é de reconhecer o passivo pela opção de venda sobre as ações detidas pela participação não controladora, conforme IAS 32/CPC 39 - Instrumentos financeiros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial", na demonstração do resultado. **Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **c) Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individual e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Em cada data de divulgação, a Companhia analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins dessa análise, a Companhia confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Companhia também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Ver nota 22 para mais informações. **d) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. **(i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. **Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Não há ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e algumas aplicações financeiras. **b) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos financeiros derivativos. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - nota 3. • Contas a receber de clientes - nota 6. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera como perda de um ativo financeiro quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 360 dias. A administração considera esse prazo de vencimento adequado considerando o modelo de negócios da Companhia e o histórico de pagamento do cliente, uma vez que os contratos são firmados anualmente e neste período a Companhia pode negociar o pagamento do título reduzindo o risco de crédito. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar um ativo financeiro como inadimplente quando informações internas ou externas indicam que é improvável que a Companhia receba integralmente os valores pendentes de contratos. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. **(ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos passivos e contas a pagar de aquisição societária. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos). **a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. **b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **e) Instrumentos financeiros derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swap cambiais de empréstimos em moeda estrangeira. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos derivativos são registrados diretamente como resultado financeiro. **f) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial compreendem o caixa em bancos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com vencimento original de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um valor insignificante risco de alteração de valor. Para fins da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa consistem em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, por serem considerados parte integrante da gestão de caixa do Grupo. **g) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos dos estoques baseiam-se no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em trazê-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis. As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreende os custos incorridos para criar material didático inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de material didático. A provisão para perda de material didático é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de material didático, o Grupo considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque. **h) Imobilizado:** Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. As despesas subsequentes só serão capitalizadas se for provável que os benefícios econômicos futuros associados às despesas fluam para o Grupo. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20% a 33%
Instalações	10%
Benfeitorias	10% a 54%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **i) Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um períodoem troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Imóveis	2 a 10 anos
Equipamentos	3 a 6 anos

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a

continua...

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 27/01/2026 04:32:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

Docusign Envelope ID: A97F0966-A8A1-4ED0-9B84-C538224B1AAB

...continuação

ARCO EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ nº 20.023.340/0001-45

arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **j) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. O Grupo capitaliza os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento das plataformas educacionais usadas para entregar conteúdo. Estes custos são substancialmente compostos de serviços relacionados com a tecnologia e despesas de folha de pagamento, esses gastos são registrados como software desenvolvido internamente na rubrica de intangível como plataformas de educação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas somente se as despesas podem ser mensuradas de forma confiável, o produto ou processo é tecnicamente e comercialmente viável, futuros benefícios econômicos são prováveis e o Grupo pretende e tem recursos suficientes para completar desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Caso contrário, ele é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. Os custos associados à manutenção do software desenvolvido internamente são reconhecidos como uma despesa, à medida que incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **k) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - nota 3; • Imobilizado - nota 11; • Intangível - nota 13; • Ágio e ativos intangíveis com vida útil definida - nota 13. O Grupo revisa anualmente, se há uma indicação de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Se alguma indicação existir, ou quando for necessário um teste de perda por redução ao valor recuperável para um ativo, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. A quantia recuperável de um ativo é o mais alto entre o valor justo de um ativo menos custos de descarte e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados para seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o ativo. Na determinação do valor justo menos custos de descarte, as transações de mercado recentes são levadas em conta. Se essas transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. O Grupo baseia seu cálculo de perda por redução ao valor recuperável em orçamentos detalhados, que são preparados separadamente para cada uma das unidades geradoras de caixa aos quais os ativos individuais são alocados. Esses orçamentos geralmente abrangem um período de cinco anos. Uma taxa de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros do projeto após o quinto ano. As perdas por redução ao valor recuperável das operações em continuidade são reconhecidas na demonstração de resultados em categorias de despesa consistentes com a função do ativo baixado. Para os ativos, com exceção do ágio, é efetuada uma avaliação ao final de cada exercício para determinar se existe uma indicação de que as perdas ao valor recuperável de ativos anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houve uma alteração nos pressupostos usados para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação para o ativo em exercícios anteriores. Tal reversão é reconhecida na demonstração de resultados. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente em 30 de setembro ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Segmento é o nível mais baixo dentro da empresa em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e, portanto, testes de perda por redução ao valor recuperável de ágio foram realizados em cada nível de segmento. O prejuízo é determinado para o ágio avaliando o valor recuperável de cada segmento ao qual o ágio se relaciona. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. **l) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **m) Distribuição de lucros:** O Grupo reconhece a responsabilidade de pagar um dividendo quando a distribuição é autorizada e a distribuição já não está a critério do Grupo. A distribuição é autorizada quando é exigido pagar um dividendo mínimo do lucro para o exercício em conformidade com a legislação societária brasileira e os estatutos do Grupo ou quando aprovado pelos acionistas. Um valor correspondente é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. **n) Obrigações sociais e trabalhistas:** Obrigações sociais e trabalhistas são despesas quando o referido serviço é fornecido. Uma responsabilidade é reconhecida pelo valor esperado a ser pago se o Grupo tiver uma obrigação legal de pagar esse valor como resultado do serviço passado fornecido pelo empregado e a obrigação pode ser estimada de forma confiável. **o) Plano de remuneração baseado em ações:** Certos executivos chaves da Companhia recebem remuneração na forma de pagamentos baseados em ações, nos quais prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). **Transações liquidadas com instrumentos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas administrativas em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, em conta própria para essa reserva, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente da condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **p) Reconhecimento da receita: Receita da venda de material didático:** O Grupo vende conteúdo educacional para escolas particulares, que são entregues através de formatos impressos e digitais para escolas particulares. A receita de contratos com clientes é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito pela troca dos bens e serviços, ou seja, no momento, ele entrega o conteúdo para escolas particulares em formato impresso e digital quando o Grupo cumpre sua obrigação de desempenho, e a receita desses contratos é reconhecida em um determinado momento. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada escola e é baseada em um valor negociado com cada contrato por meio das condições contidas nos termos de venda. A tecnologia é fornecida exclusivamente para apoiar o melhor uso de seu conteúdo. O conteúdo do material impresso e o digital são os mesmos. O conteúdo digital, incluindo seus recursos, é fornecido com o objetivo de suportar o conteúdo impresso e inclui videoaulasvideoaulas, trabalhos de casa on-line e avaliações que não são personalizadas e não têm valor independente se usadas separadamente ou fora do contexto principal. O conteúdo digital e os recursos relacionados são uma evolução de uma metodologia totalmente impressa para uma abordagem mais ampla, e continuarão a evoluir e mudar nos próximos exercícios, mas ainda estão profundamente relacionados com o conteúdo impresso. O Grupo gera substancialmente todas as suas receitas a partir de contratos que têm um prazo médio de um a três anos, em conformidade com a qual a fornece material didático em formato impresso e digital para escolas privadas. A receita é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente, utilizando as soluções e o preço acordado por aluno por ano, todos de acordo com os termos e condições estabelecidos em cada contrato. Cada contrato contempla multas que variam entre 20% ee 100% do valor total remanescente do contrato, em caso de rescisão. No entanto, o material já entregue às escolas privadas não é devolvido, a menos que as condições de retorno no parágrafo seguinte sejam atendidas. De acordo com os termos dos contratos com as escolas, eles são obrigados, até o final de novembro de cada ano, a fornecer ao Grupo uma estimativa do número de alunos matriculados que terão acesso ao conteúdo no próximo ano letivo (que tipicamente começa em fevereiro do ano seguinte), permitindo que o Grupo inicie a entrega do seu material didático. Uma vez que os contratos com as escolas permitem o retorno do produto ou aumento do número de alunos matriculados até um certo limite, o Grupo reconhece a receita para o montante que se espera que seja recebida com base na experiência passada, supondo que as outras condições para o reconhecimento de receitas são atendidas. Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente. O ativo é mensurado pelo valor contábil anterior do estoque, deduzido de quaisquer custos esperados para recuperar os bens e de qualquer potencial redução no valor. O Grupo atualiza a mensuração do ativo para quaisquer revisões no nível esperado de retorno e quaisquer reduções adicionais no valor dos produtos devolvidos. A receita de assinatura é impulsionada pelo número de alunos matriculados em cada cliente e é baseada em um valor negociado com cada assinante através das condições contidas nos termos de uso. **Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um períodomais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **Custo para obter um contrato:** O Grupo incorre em custos para obter cada contrato de venda e reconhece como um ativo os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente se a entidade espera recuperar esses custos. Os custos incrementais de obtenção de um contrato são aqueles custos em que uma entidade incorre para obter um contrato com um cliente em que não teria incorrido se o contrato não tivesse sido obtido. **q) Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2025, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os impostos diferidos passivos são contabilizados para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo é originado do reconhecimento inicial de ágio ou de ativos e passivos de uma transação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). • Em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em *joint venture*, quando o tempo de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não reverterão no futuro previsível. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, os créditos fiscais não utilizados e quaisquer perdas fiscais não utilizadas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas. Exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem lucro ou prejuízo tributável; • Relacionado às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e investimentos em joint venture, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias revertam no futuro previsível e o lucro tributável estará disponível para as diferenças temporárias poderem ser utilizadas. A quantia escriturada de ativos fiscais diferidos é revista ao final de cada exercício e reduzida na medida em que não é mais provável que o lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo possa ser utilizado. Os ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados ao final de cada exercício e são reconhecidos na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o imposto diferido ativo seja recuperado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são medidos nas taxas de imposto que se espera que se apliquem no exercício em que o ativo é realizado ou a responsabilidade é liquidada, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido promulgadas ou comprovadas substantivamente na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis para o período de relatório atual. A Companhia não teve que alterar suas políticas contábeis ou fazer ajustes retrospectivos como resultado da adoção dessas normas novas ou alteradas. ***Normas emitidas, que ainda não estão em vigor*:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não em vigor, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 02	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio - Falta de Conversibilidade
Alterações às IFRS 09 e IFRS 07	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1)	Divulgação de Informações Contábeis Relacionadas à Sustentabilidade
Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2)	Divulgação de Informações Climáticas

Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. Exceto pelas normas mencionadas a seguir: IFRS 18: A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: • Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis; • Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Reforma Tributária no Brasil: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma ") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual ") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS ") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a primeira aprovação, pelo Congresso Nacional, e agora seguiu para análise do Senado Federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Atualmente, a Companhia Brasileira de Educação, por atuar na comercialização de material didático, usufrui da imunidade constitucional de livros, que assegura a não incidência de ICMS e a aplicação de alíquota zero para PIS e COFINS. Com a implementação da Reforma, esses tributos serão gradualmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. É importante destacar que a Emenda Constitucional nº 132/2023 preservou expressamente a imunidade dos livros no novo modelo tributário. Dessa forma, a CBE permanecerá imune à incidência de CBS e IBS, em função da prerrogativa constitucional, não havendo expectativa de alteração relevante na carga tributária direta sobre a sua principal atividade operacional. Não obstante, a Reforma traz outras mudanças que poderão impactar a Companhia. Entre elas, destaca-se a alteração no regime de créditos tributários. Atualmente, a utilização de créditos pela CBE é restrita; contudo, com a adoção do modelo de não cumulatividade plena, será permitido maior aproveitamento de créditos sobre insumos e serviços contratados. Essa alteração poderá resultar em maior eficiência na compensação e ressarcimento de tributos, trazendo benefícios potenciais à estrutura de custos da Companhia. A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das discussões legislativas e regulatórias relacionadas à Reforma Tributária, bem como participa de fóruns setoriais especializados, de forma a avaliar os potenciais impactos e se preparar para os ajustes necessários em seu planejamento financeiro, tributário, operacional e de compliance, porém os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. Estimativas e julgamentos contábeis são continuamente reavaliados e são baseados em experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Outras divulgações relativas à exposição a riscos e incertezas incluem: • Gestão de capital - nota 22; • Gestão de risco e de políticas instrumentos financeiros - notas 23 e 22; • Análise de sensibilidade - nota 23. **Estimativas e premissas**: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. O Grupo baseou suas estimativas e premissas sobre os parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. As circunstâncias e pressupostos existentes sobre os desenvolvimentos futuros, no entanto, podem mudar devido a mudanças de mercado ou circunstâncias que surgem e que estão além do controle do Grupo. Tais alterações são refletidas nos pressupostos quando ocorrem. As principais estimativas são: *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota 13. *Provisão para perda de estoque*: O Grupo reconhece uma provisão para alienação de estoque considerando materiais de coleções anteriores não comercializados e um modelo prospectivo para estimar a previsão de obsolescência de produtos de coleções atuais. O modelo aplicado considera os dados históricos de não realização dos produtos para obter os percentuais de perda esperados. Quaisquer mudanças significativas entre as perdas observadas em comparação com o padrão de perda histórico impactam os percentuais de perda esperados estimados pelo Grupo. Vide nota 7 para mais informações. **Pe***rdas de crédito estimadas para contas a receber e ativos de contrato:* O Grupo utiliza uma matriz de estimativas para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato do Grupo estão divulgadas na nota 6. *Pagamento baseado em ações*: A estimativa do valor justo para transações de pagamento com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão. Essa estimativa também requer a determinação dos dados mais apropriados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de ação ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazendo suposições sobre eles. Para a mensuração do valor justo das transações liquidadas com ações, o Grupo utiliza o modelo Black & Scholes. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo das transações com pagamento baseado em ações estão divulgados na nota 16 b). *Impostos*: Ativo fiscal diferido é reconhecido para diferenças temporárias e todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros*: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota 22 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. Ver notas 6 e 22 para mais detalhes. Qualquer contraprestação contingente é classificada como instrumentos financeiros a partir da aquisição de participação, vide nota 15.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e depósitos bancários	2	8	47.705	43.278
Equivalentes em dinheiro	8.589	53	1.027.257	1.001.887
	8.591	61	1.074.962	1.045.165

(a) Caixa e equivalentes de caixa correspondem a certificados de depósito bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de setembro de 2025, as aplicações financeiras eram representadas por títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 84,3% (2024: 100,3%) do CDI. A taxa média do CDI durante o ano encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de 10,30% (2024: 10,83%). Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Aplicações financeiras (a)	153.665	179.338
Outras	309	309
	153.974	179.647
Circulante	111.643	139.466
Não circulante	42.331	40.181

(a) As aplicações financeiras correspondem a investimentos indexados ao CDI e a SELIC e geridos por instituições financeiras de primeira linha. Em 30 de setembro de 2025 o rendimento médio dessas aplicações equivale a 101,7% (2024: 102,9%) do CDI. A taxa média do CDI durante o ano encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de 10,30% (2024: 10,83%). Os rendimentos obtidos com investimentos financeiros são classificados como atividade de investimento nas demonstrações de fluxo de caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber de clientes pela venda de material didático	749.819	1.162.054
Contas a receber de soluções administrativas e financeiras	1.075.814	630.508
Contas a receber de partes relacionadas (nota 9)	62	1.965
	1.825.695	1.794.527
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(567.799)	(428.992)
	1.257.896	1.365.535

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a composição da carteira de clientes por idade de vencimento está assim representada:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
A vencer	910.610	1.126.036
Vencidos	915.085	668.491
1 a 60 dias	231.503	145.732
61 a 90 dias	71.450	50.284
91 a 120 dias	61.023	41.314
121 a 180 dias	84.186	61.971
Acima de 180 dias	466.923	369.190
	1.825.695	1.794.527

O Grupo revisa a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa pelo menos duas vezes por ano após uma revisão detalhada dos saldos de contas a receber e perfis históricos de pagamento, e avaliação dos fatores de risco prospectivos. A administração acredita que todos os saldos remanescentes a receber são totalmente recuperáveis. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, é como segue:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período/exercício	(428.992)	(229.361)
Adições	(201.648)	(232.949)
Contas a receber baixadas durante o período/exercício como incobráveis	62.841	33.318
Saldo no final do período/exercício	**(567.799)**	**(428.992)**

O aumento no saldo da provisão em 2025 está relacionado principalmente ao Isaac, no valor de R$ 163.113. Esse valor é o principal custo da operação do Isaac, portanto, o aumento está relacionado principalmente ao crescimento operacional. Além disso, o aumento nos dias de atraso e nas desativações de clientes no período resultou em uma provisão adicional para o período.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Material didático	95.747	68.819
Conteúdo educacional (a)	110.215	119.472
Estoques de uso e consumo	5.492	4.062
Estoques em poder de terceiros	85.283	70.298
	296.736	262.651

(a) Custos indiretos e proporção de despesas gerais alocadas ao conteúdo educacional finalizado. Esses custos incluem custos de pessoal incorridos e serviços de terceiros para edição de conteúdo educacional e atividades relacionadas (design gráfico, edição, revisão e layout, entre outros). O material didático é apresentado líquido de provisão para perda. O movimento na provisão para perda de estoque para oso período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro 2024 foi o seguinte:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período/exercício	(61.495)	(88.701)
Constituição de provisão	(33.485)	(21.772)
(-) Reversões	40.589	48.978
Saldo no final do período/exercício	**(54.391)**	**(61.495)**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
IRRF sobre aplicações financeiras (a)	169	112	39.491	10.765
IRPJ e CSLL a recuperar	175	164	41.248	33.560
PIS e COFINS a recuperar (b)	-	-	23.923	26.320
INSS a recuperar	-	-	1.143	2.992
Outros	-	-	1.000	943
	344	276	106.805	74.580
Circulante	344	276	105.331	73.392
Não circulante	-	-	1.474	1.188

a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras (IRRF) a ser utilizado para compensar os impostos federais a pagar. b) Créditos adquiridos sobre compras operacionais da Companhia. Esse saldo geralmente é utilizado para compensação de saldos devedores de impostos federais, principalmente de INSS relacionado a folha de pagamento.

9. PARTES RELACIONADAS

A tabela abaixo resume os saldos e transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo				
Contas a receber				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	-	-	62	1.965
	-	-	62	1.965
Dividendos a receber				
SAE Digital S.A. (b)	-	9.305	-	-
	-	9.305	-	-
Outras contas a receber				
Arco Instituto de Educação. (c)	-	-	910	2.162
	-	-	910	2.162
Partes relacionadas				
Arco Platform Limited	115.160	104.311	333.987	305.888
SAE Digital S.A.	-	60	-	-
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	3.431	3.411	-	-
Ways Bilingual	200	-	-	-
Achieve Holding	-	-	28.341	-
	118.791	107.782	362.328	305.888
Circulante	3.774	3.554	16.099	17.675
Não circulante	115.017	104.228	346.229	288.213

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo				
Dividendos a pagar				
Arco Platform Limited	5.700	5.700	5.700	5.700
	5.700	5.700	5.700	5.700
Partes relacionadas				
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino	67.766	58.344	-	-
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	823	823	-	-
Arco Platform Limited	-	-	876	-
Achieve Holding	-	-	1.614	-
	68.589	59.167	2.490	-
Circulante	823	823	2.490	-
Não circulante	67.766	58.344	-	-

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receita				
Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. (a)	-	-	4.293	6.025

(a) Transações comerciais com de venda de material didático entre empresas do Grupo e Livraria ASC Ltda. e Educadora ASC Ltda. O prazo médio de recebimento de 60 dias após o faturamento. As transações são precificadas com base no preço do contrato na data da venda. O preço aplicado é equivalente ao preço praticado no mercado, sendo transações competitivas. (b) Valores a receber do Arco Instituto de Educação decorrentes de reembolso de despesas pagas pela Companhia. Os valores não estão sujeitos a encargos financeiros e o saldo em aberto em setembro de 2025 é referente à operação de 2025. A origem do relacionamento com as partes relacionadas encontra-se descritas no quadro abaixo:

Parte relacionada	Descrição
Livraria ASC Ltda.	Empresa controlada pelos atuais sócios da Achieve Holdings que é atual *holding* do Grupo Econômico.
Arco Instituto de Educação	Entidade sem fins lucrativos constituída pela controladora direta da Companhia.
Achieve Holdings	Empresa *holding* do Grupo Econômico.
Arco Platform Limited	Empresa *holding* do Grupo Econômico.
SAE Digital S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Atech Soluções Tecnológicas S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.
Ways Bilingual School S.A.	Empresa parte do Grupo Econômico no qual a Companhia é consolidada.

Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Benefícios de empregados de curto prazo	-	-	90.721	95.151
Plano de remuneração baseado em ações	-	7.142	78.311	108.857
	-	7.142	169.032	204.008

A remuneração do pessoal-chave da administração inclui benefícios de curto prazo dos empregados, compostos por salários, bônus, custos trabalhistas e sociais e outros benefícios de curto prazo. Alguns diretores também participam do plano de remuneração baseado em ações da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

(a) Composição da conta: O quadro abaixo apresenta os saldos contábeis em empresas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	2.453.468	2.447.770	-	-
SAE Digital S.A.	-	161.365	-	-
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda.	368.932	367.413	-	-
Ways Bilingual School S.A.	2.232	-	-	-
Tera Treinamentos Profissionais Ltda.	-	-	15.078	14.831
Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	14.024	11.876
	2.824.632	2.976.548	29.102	26.707

(b) Movimentação em controladas

	CBE	SAE	Isaac	Ways	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.447.573**	**139.792**	**404.241**	**-**	**2.991.606**
Aumento de capital	-	-	24.848	-	24.848
Dividendos distribuídos	-	(6.692)	-	-	(6.692)
Equivalência patrimonial	(12.742)	28.205	(47.318)	-	(31.855)
Ações restritas - reflexo	12.939	60	(14.358)	-	(1.359)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.447.770**	**161.365**	**367.413**	**-**	**2.976.548**
Aumento de capital	-	-	26.795	-	26.795
Dividendos distribuídos	-	(35.011)	-	-	(35.011)
Reestruturação societária	158.467	(158.467)	-	2.850	2.850
Equivalência patrimonial	(164.542)	32.300	(28.977)	(620)	(161.839)
Ações restritas - reflexo	11.773	(187)	3.701	2	15.289
Saldos em 30 de setembro de 2025	**2.453.468**	**-**	**368.932**	**2.232**	**2.824.632**

(c) Investimentos em controladas: As principais informações sobre as controladas, as quais possuem exercício social também encerrado em 30 de setembro de 2025, estão apresentadas a seguir. As informações quanto à natureza e percentual de participação estão descritas na nota 2.2.

Em 30 de setembro de 2025

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado
Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A.	1.696.373	4.308.536	1.152.378	2.433.581	2.418.950	1.342.904	(1.541.965)	(199.061)
Isaac Tecnologia e Serviços Ltda.	1.162.760	192.315	333.932	652.211	368.932	484.417	(513.394)	(28.977)
Ways Bilingual School .	1.048	2.447	1.265	-	2.230	97	- 717	- 620

(d) Investimentos em outras companhias: **Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Bewater"):** Em 24 de julho de 2020, a Controlada Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. adquiriu 9.670 cotas classe B da Bewater Ventures I GA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo administrado pela Paraty Capital. Na data da transação, a Companhia pagou o valor total de R$ 9.670, correspondente a uma participação total de 14,5% na Bewater. Em 2 de fevereiro de 2021, a Bewater realizou um novo aporte de capital, na qual a Companhia adquiriu mais 27 cotas classe B, resultando em uma participação de 11,1% no Fundo devido à diluição de sua participação. Em 12 de agosto de 2021, a Bewater realizou um novo investimento, na qual a Companhia adquiriu mais 16 cotas classe B, resultando em uma participação de 11,0% no Fundo. Em 17 de fevereiro de 2022 e em 5 de agosto de 2022, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 19 e 12 cotas classe B adicionais, respectivamente. Em 3 de fevereiro de 2023 e 25 de julho de 2023, a Bewater realizou novas rodadas de investimento, nas quais a Companhia adquiriu 21 e 5 cotas classe B adicionais, respectivamente. Até 30 de setembro de 2025, a Companhia detém uma participação de 11,28% no Fundo. O Fundo fez um investimento minoritário no Grupo A, empresa que fornece soluções educacionais para o ensino superior. O investimento na Bewater é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Tera Treinamentos Profissionais Ltda ("Tera")**: Em 9 de abril de 2021, a Controlada Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Tera Treinamentos Profissionais Ltda, empresa que oferece cursos profissionalizantes voltados para o desenvolvimento de habilidades digitais, segundo o qual foram adquiridas 8.234 ações, equivalentes a 23,43% do capital social total da Tera, no valor total de R$ 15.000. Com base no acordo firmado, a Companhia não detém o controle da Tera, mas exerce significativa influência sobre a entidade. Até 30 de setembro de 2025, a Companhia detém uma participação de 20,26% devido à diluição de sua participação resultante de outra rodada de investimentos que os investidores realizaram sem injeção de capital da Arco.

Investimentos e participações em outras entidades: Reconciliação do valor contábil:

	30 de setembro de 2025			31 de dezembro de 2024
	Tera	Bewater	Total	Total
Saldo no início do período/exercício	14.831	11.876	26.707	26.667
Contribuições de capital	-	-	-	-
Valor justo do investimento	247	-	247	152
Ganho resultante de alterações na propriedade	-	-	-	-
Alterações no valor justo de aquisições por etapas	-	-	-	-
Perdas na participação de investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	-	2.148	2.148	(112)
Aquisição de controle	-	-	-	-
Saldo no final do período/exercício	**15.078**	**14.024**	**29.102**	**26.707**
Porcentagem de participação	20.26%	11.28%		

Informações financeiras resumidas para subsidiárias, joint ventures e afiliadas

Tera	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo circulante	13.295	11.951
Ativo não circulante	2.630	2.470
Passivo circulante	4.685	5.437
Passivo não circulante	2.009	2.986
Patrimônio líquido	6.339	4.302
Receita	14.418	15.644
Custos e despesas	(11.525)	(13.949)
Prejuízo do período	2.376	1.696

11. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo								
Em 31 de dezembro de 2023	**2.903**	**563**	**5.313**	**79.713**	**241**	**19.757**	**9.584**	**118.074**
Aquisições	547	25	995	12.449	-	2.327	1.180	17.523
Alienações	(198)	(327)	(495)	(1.569)	(17)	(77)	(188)	(2.871)
Transferências	(11)	-	(16)	23	-	-	4	-
Em 31 de dezembro de 2024	**3.241**	**261**	**5.797**	**90.616**	**224**	**22.007**	**10.580**	**132.726**
Aquisições	349	-	1.457	2.346	14	1.884	984	7.034
Alienações	(465)	-	(656)	(1.234)	-	(503)	(389)	(3.247)
Transferências	(13)	-	(80)	21	(14)	-	86	-
Em 30 de setembro de 2025	**3.112**	**261**	**6.518**	**91.749**	**224**	**23.388**	**11.261**	**136.513**
Depreciação								
Em 31 de dezembro de 2023	**(957)**	**(303)**	**(1.792)**	**(46.624)**	**(20)**	**(12.689)**	**(9.014)**	**(71.399)**
Depreciação do exercício	(399)	(65)	(472)	(23.062)	(21)	(1.602)	(1.143)	(26.764)
Depreciação de alienações	54	282	165	716	8	78	82	1.385
Transferências	(26)	-	176	(39)	-	(111)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**(1.328)**	**(86)**	**(1.923)**	**(69.009)**	**(33)**	**(14.324)**	**(10.075)**	**(96.778)**
Depreciação do períodoperíodo	(313)	(33)	(491)	(5.898)	(20)	(1.280)	(1.027)	(9.062)
Depreciação das baixas	230	-	311	1.130	-	342	86	2.100
Em 30 de setembro de 2025	**(1.411)**	**(119)**	**(2.103)**	**(73.777)**	**(53)**	**(15.262)**	**(11.016)**	**(103.741)**
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2023	**1.946**	**260**	**3.521**	**33.089**	**221**	**7.068**	**570**	**46.675**
Em 31 de dezembro de 2024	**1.913**	**175**	**3.874**	**21.607**	**191**	**7.683**	**505**	**35.948**
Em 30 de setembro de 2025	**1.702**	**142**	**4.415**	**17.972**	**171**	**8.126**	**245**	**32.773**

O Grupo avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de perda ao valor recuperável de ativos. Se existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há indícios de perda ao valor recuperável do ativo imobilizado e por isso, não foi constituída provisão.

12. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados aos arrendamentos:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Direito de uso		
Propriedades	44.596	40.166
Computadores e periféricos	27.303	31.024
Máquinas e equipamentos	-	2.867
	71.899	74.057
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo de arrendamento		
Circulante	35.265	43.619
Não circulante	44.052	40.284
	79.317	83.903

A seguir, são apresentados os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento com direito de uso o Grupo e os movimentos durante o período:

	Direito de uso	Arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	**42.388**	**48.957**
Adições	76.640	76.640
Alienações	(269)	(311)
Modificação (a)	434	434
Despesa de depreciação	(45.136)	-
Despesa de juros	-	6.771
Pagamentos de arrendamentos	-	(38.916)
Pagamento de juros	-	(9.672)
Em 31 de dezembro de 2024	**74.057**	**83.903**
Adições	39.556	39.556
Despesa de depreciação	(39.524)	-
Baixas	(2.190)	(2.581)
Despesa de juros	-	6.210
Pagamentos de arrendamentos	-	(39.145)
Pagamento de juros	-	(8.626)
Em 30 de setembro de 2025	**71.899**	**79.317**
Taxa média de depreciação em 2023	29,5%	
Taxa média de depreciação em 2024	30,0%	
Taxa média de depreciação em 2025	31,9%	

(a) Refere-se a ajustes de preços que ocorrem anualmente, conforme definido nos contratos de locação. O Grupo reconheceu uma despesa de aluguel de arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor de R$ 3.210 no período findo em 30 de setembro de 2025 (R$ 3.869 em 31 de dezembro de 2024).

13. INTANGÍVEL

	Ágio	Licença de comercialização	Carteira de clientes	Sistema educacional	Direitos autorais	Licença de uso de software	Marcas	Plataforma de educação	Acordo de não competição	Em andamento	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2023	**1.998.148**	**15.263**	**356.722**	**326.134**	**75.363**	**249.566**	**556.604**	**473.402**	**17.226**	**236**	**4.068.664**
Aquisições	-	-	-	-	17.949	81.365	154	80.351	1.455	(236)	181.038
Transferências	-	-	-	-	4	(4)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	**1.998.148**	**15.263**	**356.722**	**326.134**	**93.316**	**330.927**	**556.758**	**553.753**	**18.681**	**-**	**4.249.702**
Aquisições	-	-	-	-	12.475	82.773	45	70.748	183	-	166.224
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2025	**1.998.148**	**15.263**	**356.722**	**326.134**	**105.791**	**413.700**	**556.803**	**624.501**	**18.864**	**-**	**4.415.926**
Amortização											
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(12.775)**	**(149.310)**	**(154.688)**	**(46.523)**	**(91.205)**	**(116.700)**	**(307.281)**	**(11.909)**	**-**	**(890.391)**
Amortização	-	(1.129)	(37.900)	(35.231)	(18.746)	(60.179)	(31.585)	(101.316)	(3.513)	-	(289.599)
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(13.904)**	**(187.210)**	**(189.919)**	**(65.269)**	**(151.384)**	**(148.285)**	**(408.597)**	**(15.422)**	**-**	**(1.179.990)**
Amortização	-	(1.359)	(27.734)	(24.304)	(8.449)	(45.299)	(23.907)	(73.827)	(1.804)	-	(206.683)
Em 30 de setembro de 2025	**-**	**(15.263)**	**(214.944)**	**(214.223)**	**(73.718)**	**(196.683)**	**(172.192)**	**(482.424)**	**(17.226)**	**-**	**(1.386.673)**
Saldo líquido											
Em 31 de dezembro de 2023	**1.998.148**	**2.488**	**207.412**	**171.446**	**28.840**	**158.361**	**439.904**	**166.121**	**5.317**	**236**	**3.178.273**
Em 31 de dezembro de 2024	**1.998.148**	**1.359**	**169.512**	**136.215**	**28.047**	**179.543**	**408.473**	**145.156**	**3.259**	**-**	**3.069.712**
Em 30 de setembro de 2025	**1.998.148**	**-**	**141.778**	**111.911**	**32.073**	**217.017**	**384.611**	**142.077**	**1.638**	**-**	**3.029.253**

(a) Ágio

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Pedagógico	1.907.133	1.907.133
Finanças e Gestão	91.015	91.015
	1.998.148	1.998.148

Teste de *Impairment* de ativos intangíveis em 2025: O ágio é monitorado pela Administração ao nível das unidades geradoras de caixa, que são as mesmas dos dois segmentos operacionais. O Grupo realizou análise do valor recuperável de ativos em 30 de setembro de 2025. O Grupo testa pelo menos anualmente a recuperabilidade do valor contábil dos ativos. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de pressupostos, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa do Grupo. Segundo o CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade que realiza atividades de negócios, gera receitas, incorre em despesas e tem seus resultados revisados pela autoridade de decisão para alocação de recursos e avaliação de desempenho. As informações por segmento são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais executivos da Companhia e ao diretor presidente, que é o principal tomador de decisões operacionais. Eles são responsáveis pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada de decisões estratégicas da Companhia. Para o ano corrente a visão gerencial do Grupo para as suas unidades geradoras de Caixa são: Pedagógico e Finanças e Gestão. A companhia decidiu alocar sua visão gerencial nas duas unidades geradoras de caixa mencionadas, pois entende que existe um ganho de eficiência e os recursos são alocados nas duas vias principais de negócio das empresas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda. Para 2025, a Companhia comparou os valores contábeis das unidades geradora de caixa com os seus valores justos líquidos de despesa de venda. O cálculo do valor justo é baseado em projeções de fluxo de caixa e orçamentos financeiros aprovados pela administração por um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos foram extrapolados usando uma taxa de crescimento estimada. A taxa de crescimento não excede a taxa média de longo prazo da indústria. O valor justo calculado para o

continua...

DocuSigned by
Diario de Notícias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 27/01/2026 04:32:43 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publilegal.diariodenoticias.com.br/*

Docusign Envelope ID: A97F0966-A8A1-4ED0-9B84-C538224B1AAB

...continuação

ARCO EDUCAÇÃO S.A. - CNPJ nº 20.023.340/0001-45

segmento Pedagógico em 2025 foi de R$ 5.333.620 (Em 2024 foi de R$ 5.036.880). Já o valor justo calculado para o segmento F&M em 2025 foi de R$ $1.234.725 (Em 2024 foi de R$ 1.624.149). Não houve redução no valor recuperável para o período findo em 30 de setembro de 2025. O cálculo do valor justo foi baseado no modelo de fluxo de caixa descontado e baseiam-se nas seguintes premissas para esses segmentos:

	Margem Bruta		Taxa de crescimento		Taxa de crescimento na perpetuidade		Taxa de desconto	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pedagógico	79.5%	80.5%	11.2%	12.6%	3.6%	3.6%	13.9%	13.1%
Finanças e gestão	52.8%	52.3%	17.0%	22.8%	3.6%	3.6%	13.8%	15.0%

Uma diminuição na margem bruta estimada pela administração usada no cálculo do valor justo para o segmento operacional pedagógico em 30 de setembro de 2025, para 78,8%, não resultaria no reconhecimento de uma redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia realizou a mesma análise para o segmento operacional de Serviços financeiros e de gestão, uma queda para 54,0% e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de *impairment* do ágio. Além disso, um aumento para 32,2% na taxa de desconto estimada da administração aplicada às projeções de fluxo de caixa do segmento operacional pedagógico para o período encerrado em 30 de setembro de 2025 não teria resultado no reconhecimento de uma desvalorização do ágio. Além disso, a Companhia realizou a mesma análise de sensibilidade para o segmento operacional de Serviços financeiros e de gestão (15,7% em vez de 13,8%) e concluiu que não teria resultado no reconhecimento de uma desvalorização do ágio. Não houve *impairment* de ágio para o períodoperíodo findo em 30 de setembro de 2025. **(b) Outros ativos intangíveis:** Ativos intangíveis, exceto o ágio, são avaliados separadamente por cada aquisição e são amortizados de acordo com as suas vidas úteis. A vida útil e os métodos de amortização desses outros intangíveis são revisados são ajustados a cada ano financeiro e ajustados apropriadamente se necessário. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis para o período findo em 30 de setembro de 2025 são:

	Anos
Licença de comercialização	10
Carteira de clientes	5 a 16
Sistema Educacional	3 a 10
Direitos autorais	3
Licença de uso de software	2 a 5
Marcas	10 a 20
Plataforma educacional	3 a10
Acordo de não competição	2 a 5

Para os anos de 2025 e 2024 não houve indicadores de perda de valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia com vida útil definida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E OBRIGAÇÕES A COTISTA DE FIDC (CONSOLIDADO)

	Taxa	Vencimento	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Debêntures (a)	100% CDI + 2,3% aa	Agosto/2027	817.679	1.258.212
Debêntures (b)	100% CDI + 2,6% aa	Julho/2028	567.979	581.150
Debêntures (c)	100% CDI + 1.8% pa	May/2029	844.692	805.701
Obrigações a cotista sênior de FIDC (d)	100% CDI + 5.5% pa	April/2025	-	113.620
Obrigações a cotista sênior de FIDC (e)	100% CDI + 2.7% pa	April/2027	252.641	83.755
Obrigações a cotista mezanino de FIDC (f)	100% CDI + 5.0% pa	July/2026	20.088	41.048
Obrigações a cotista mezanino de FIDC (g)	100% CDI + 2.0% pa	July/2029	70.269	-
Debêntures(h)	100% CDI + 2,45% pa	July/2030	607.420	-
Debêntures(g)	100% CDI + 2,45% pa	August/2030	200.496	-
			3.381.264	**2.883.486**
Circulante			710.965	636.825
Não circulante			2.670.299	2.246.661

(a) As debêntures têm rendimento de 100% do CDI + 2,3% ao ano, pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 3 de fevereiro de 2023 e o último em 3 de agosto de 2027. O valor principal será quitado em 3 parcelas, em agosto de cada ano de 2025 até 2027. As debêntures são garantidas pela Arco Educação S.A. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu (i) R$ 134.284 de juros acumulados, (ii) pagamentos de juros no valor de R$ 174.817 e (iii) a primeira parcela do principal de R$ 400.000. (b) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,6% ao ano, pagáveis semestralmente em janeiro e julho, e são garantidas pela Arco Educação S.A. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em julho de cada ano de 2026 a 2028. Durante o período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 67.553 de juros acumulados e realizou pagamentos de juros no valor de R$ 80.724. (c) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 1,8% ao ano, pagos semestralmente em maio e novembro, e são garantidas pela Arco Educação S.A. O valor principal será liquidado em três parcelas em maio de cada ano, de 2027 a 2029. A Companhia reconheceu, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, R$ 93.757 de juros acumulados e pagamentos de juros no valor de R$ 54.766. (d) Os juros incidentes são de 100% CDI + 5,5% ao ano, que serão acumulados e pagos mensalmente. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 2.772 de juros acumulados e R$ 3.892 referentes a pagamentos de juros e pagamento final do principal de R$ 112.500. (e) Os juros incidentes são de 100% CDI + 2,7% ao ano, que serão acumulados e pagos mensalmente. O valor principal será pago em 4 parcelas de janeiro de 2027 a abril de 2027. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Empresa reconheceu R$ 27.653 de juros acumulados, R$ 26.719 como pagamentos de juros e R$ 167.952 como adições ao principal relacionado ao valor restante do contrato. (f) Os juros incidentes são de 100% CDI + 5,0% ao ano, que serão acumulados e pagos mensalmente. O valor principal é de R$ 40.708 e será pago em 12 parcelas de agosto de 2025 a julho de 2026. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 5.883 de juros acumulados, R$ 5.985 em pagamentos de juros e R$ 20.858 em pagamento do principal. (g) O financiamento terá juros de 100% do CDI + 2,0% ao ano, que serão acumulados epagos mensalmente. O valor principal é de R$ 70.000 e será pago em 12 parcelas de agosto de 2028 a julho de 2029. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 269 de juros acumulados. (h) As debêntures têm juros de 100% do CDI + 2,45% ao ano, pagos a cada seis meses, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2026 e o último em 15 de julho de 2030. O valor principal será quitado em 7 parcelas, também a cada seis meses, de julho de 2027 até 2030 de cada ano. As debêntures são garantidas pela Arco Educação S.A. Além de R$ 600 milhões, a Companhia reconheceu R$ 10.671 como custos da transação, que serão apropriados ao longo do período do contrato. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 18.091 de juros acumulados. (i) As debêntures possuem juros de 100% do CDI + 2,45% ao ano, pagos a cada seis meses, com o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2026 e o último em 15 de agosto de 2030. O valor principal será liquidado em 3 parcelas em agosto de cada ano de 2028 até 2030. As debêntures são garantidas pela Arco Educação S.A. Além de R$ 200 milhões, a Companhia reconheceu R$ 2.955 como custos de transação, que serão despesas ao longo do período do contrato. Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 3.451 de juros incorridos. *Covenants*: O contrato de debêntures prevê cláusulas restritivas de vencimento antecipado tais como: cláusulas financeiras, incluindo o atingimento de um índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida (excluindo o saldo dos títulos conversíveis) por EBITDA ajustado inferior a 3x em 30 de setembro de 2025; inadimplência sobre a obrigações financeiras do contrato, falência ou liquidação da empresa, entre outros. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

Movimentação do período/exercício:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo do início do período/exercício	**2.883.486**	**1.976.533**
Captação	1.037.952	924.042
Custos de transação	(13.626)	(7.345)
Despesa de juros	353.711	310.487
Pagamento de juros	(346.901)	(302.037)
Pagamento de principal	(533.358)	(19.663)
Variação cambial	-	1.469
Saldo do final do período/exercício	**3.381.264**	**2.883.486**

15. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO SOCIETÁRIA

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Internacional School (a)	-	541.519
Me Salva!	363	4.680
Techschool	-	349
Activesoft	810	1.470
Classapp	3.297	3.498
Activeprint	811	1.470
AIX	581	1.047
SG	581	1.047
	6.443	**555.080**
Circulante	6.443	549.246
Não circulante	-	5.834

(a) Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 14.797 de despesa com juros na demonstração de resultados, R$ 74.862 como redução do valor justo e R$ 32.636 foi pago. Em 25 de abril de 2025, a Companhia adquiriu as ações restantes no valor de R$ 448.818, sendo R$ 30.144 de valor principal, R$ 113.661 de pagamento de juros e R$ 305.013 como pagamento contingente. Caso o período entre a aquisição e o pagamento não seja significativo, a Companhia adota a prática de considerar qualquer pagamento como fluxo de caixa de investimento. Por outro lado, se o período for significativo, os pagamentos são classificados como fluxos de caixa de financiamento. A Companhia considera como significativo os pagamentos efetuados após 12 meses da data da aquisição.

Movimentação

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo no início do período/exercício	**555.080**	**881.679**
Provisão de juros	15.484	83.042
Pagamento de juros	(115.573)	(131.244)
Pagamento de principal	(373.768)	(312.990)
Reestruturação societária	-	-
Ajuste a valor justo	(74.780)	34.979
Outros	-	(386)
Saldo no final do período/exercício	**6.443**	**555.080**

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Bônus	45.510	65.607
Salários e encargos sociais	78.947	52.537
Provisão de férias	103.134	48.391
Outros	12.549	11.625
	240.140	**178.160**
Circulante	209.037	163.294
Não circulante	31.103	14.866

(a) Remuneração variável (bônus): O Grupo registrou bônus relacionados à remuneração variável dos funcionários e da administração no valor de R$ 65.805 e R$ 82.044 no período findo em 30 de setembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, respectivamente. **(b) Plano de remuneração baseado em ações:** Os colaboradores e membros executivos recebem remuneração sob a forma de transações de remuneração baseada em ações, através das quais os colaboradores e o conselho de administração prestam serviços em contrapartida de instrumentos de capital. O custo dessas transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é reconhecido na demonstração do resultado, juntamente com um crédito correspondente à reserva de remuneração baseada em ações no patrimônio líquido, durante o período em que as condições de desempenho e serviço são cumpridas. A remuneração baseada em ações possui impostos sobre a folha de pagamento e obrigações sociais (custos sociais) associados a esse benefício. Os custos sociais relacionados com opções concedidas e unidades de ações restritas são provisionados ao longo do período de aquisição, com base no valor intrínseco do prêmio que foi concedido ao final de cada período de relatório. Este valor está reconhecido como despesas gerais e administrativas com crédito no passivo. O valor do passivo também reflete o impacto das desistências esperadas. A alíquota de custo social pela qual é feita a provisão segue o domicílio fiscal brasileiro. A Companhia é obrigada a reter o imposto devido e liquidá-lo junto à autoridade fiscal em nome dos empregados. Para cumprir esta obrigação, os termos dos acordos de unidades de ações restritas da Companhia permitem que o Grupo retenha o número de ações que seja igual ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado do número total de ações que de outra forma teriam sido emitidas ao funcionário, mediante aquisição da unidade de ações restritas. O valor monetário da obrigação fiscal do empregado é registado como uma dedução às reservas patrimoniais pelas ações retidas, até o momento do pagamento para a empresa emissora das ações, quando é realizada a baixa desse montante. Em 2019, a Companhia emitiu um novo programa de pagamento baseado em ações chamado de *restricted stock units* - RSU, da *holding* Arco Platform para funcionários registrados na Companhia. As ações emitidas estarão disponíveis para venda pelos beneficiários anualmente, nas datas de aniversário, exceto os membros do Conselho, cujas ações são restritas à venda por seis meses após a aquisição. O direito do participante de receber efetivamente a titularidade das ações restritas estará condicionado à sua permanência e ao seu desempenho como funcionário, conselheiro ou diretor de qualquer empresa do grupo empresarial desde a data da outorga até a aquisição do direito. Caso um participante deixe o grupo ou não atinja a meta de desempenho proposta, o participante terá direito a receber suas ações adquiridas e um valor pro rata das ações outorgadas e não adquiridas, por referência ao período de carência em que ocorreu o desligamento e com base no número de dias que o participante foi nosso funcionário. O valor total será calculado com base na meta proposta multiplicada por uma alíquota entre 80% e 120%. Após o período de aquisição, as ações restritas têm os mesmos direitos e privilégios de qualquer acionista. **Modificação de contratos:** Quando os termos de uma concessão de transação liquidada com instrumentos patrimoniais são modificados, a despesa mínima reconhecida é a despesa como se os termos não tivessem sido modificados, se os termos originais da concessão forem cumpridos. Uma despesa adicional é reconhecida para modificações que aumentem o valor justo total da transação de remuneração baseada em ações ou que sejam de outra forma benéficas para o outorgado conforme mensurado na data da modificação. Em 18 de outubro de 2024, a Companhia alterou a moeda do preço de exercício por ação de dólares americanos para reais brasileiros. De acordo com os contratos modificados, todas as condições de aquisição de direitos e o número de prêmios foram mantidos. A empresa remensurou os prêmios na data da modificação e concluiu que não há valor incremental a ser reconhecido, de acordo com o CPC 10.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Arco Brasil é de R$ 3.243.211 dividido por 1.430.933.708 ações ordinárias sem valor nominal pertencentes à Arco Platform Limited., acionista majoritária da Companhia com 99,99%. **b. Reserva de capital:** A reserva de capital inclui os valores adicionais de capital integralizado relativos à diferença entre o preço de subscrição que os acionistas pagaram pelas ações ordinárias e o seu valor nominal e pelas opções outorgadas reconhecidas, conforme CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento baseado em ações. A reserva de capital pode ser utilizada para a compensação de perdas que excedam lucros acumulados e reservas de lucros e para aumentos de capital. **c. Reserva de lucros:** A reserva de lucros inclui principalmente o lucro remanescente do período após a alocação para a reserva legal e a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía saldo de reserva de lucros. **d. Dividendos:** Conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações. a Arco Brasil é obrigada a pagar um dividendo mínimo no valor de 25% do lucro do exercício. Qualquer valor superior a 25% deve ser mantido no patrimônio líquido e. após aprovação pelos acionistas. os dividendos podem ser considerados formalmente declarados. No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia não registrou lucro no períodoperíodo, portanto não serão registrados dividendos obrigatórios.

18. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Venda de material didático	1.374.114	2.185.306
Receita de produtos financeiros e serviços de gestão	454.198	447.561
Outras	151	5.436
Deduções:		
Impostos	(13.321)	(18.563)
Receita líquida	**1.815.142**	**2.619.740**

Benefícios fiscais: O Grupo está sujeito, com uma alíquota zero, ao pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a venda de material didático. A venda de livros impressos e digitais também está isenta dos impostos municipais brasileiros e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

19. CUSTOS, DESPESAS, OUTRAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo gráfico	-	-	(148.454)	(263.917)
Gastos com pessoal	-	(29)	(55.927)	(73.212)
Perda estimada nos estoques	-	-	(33.485)	(21.772)
Fretes	(24)	-	(28.581)	(40.616)
Depreciação e amortização	-	-	(131.476)	(187.367)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(162.591)	(179.452)
Outros	(112)	(5)	(74.896)	(101.932)
Custo das vendas	**(136)**	**(34)**	**(635.410)**	**(868.268)**
Gastos com pessoal	-	-	(314.639)	(352.398)
Depreciação e amortização	-	-	(81.968)	(112.169)
Vendas e marketing	(18)	(73)	(115.217)	(131.332)
Suporte ao cliente	-	(4)	(98.183)	(86.973)
Repasse a clientes	-	-	(81.014)	(123.271)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(39.057)	(53.497)
Aluguéis de imóveis	-	-	(1.666)	(1.860)
Outros	(52)	(3)	(24.250)	(42.356)
Despesas de vendas	**(70)**	**(80)**	**(755.994)**	**(903.856)**
Gastos com pessoal	(82)	1.130	(139.771)	(203.838)
Serviços de terceiros	(2.559)	(2.634)	(137.303)	(98.507)
Aluguéis de imóveis	-	-	(1.855)	(2.009)
Despesas com viagens	-	(70)	(4.082)	(5.086)
Despesas tributárias	(12)	(15)	(8.580)	(13.031)
Licença de uso de software	5	(105)	(37.748)	(39.110)
Plano de remuneração baseado em ações	-	(7.142)	(78.311)	(108.857)
Depreciação e amortização	-	-	(45.353)	(59.672)
Outros	(67)	(57)	(28.714)	(21.254)
Despesas gerais e administrativas	**(2.715)**	**(8.893)**	**(481.717)**	**(551.364)**
Outras receitas (despesas)	21	3	(20.652)	7.700
Outras receitas (despesas). Líquidas	**21**	**3**	**(20.652)**	**7.700**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Rendimentos de aplicações financeiras	726	391	110.501	133.258
Variação de valor justo de aplicações financeiras	-	-	-	272
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	-	1.160
Ganhos de variação cambial	-	118	511	4.452
Variação de contas a pagar aos acionistas	-	-	87.885	-
Rendimentos de juros	10.789	12.165	36.375	8.412
Receita Financeira com mútuos	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	(19)	52	9.184	33.217
Receita financeira	**11.496**	**12.726**	**244.456**	**180.771**
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	-	(27)
Variação de contas a pagar de aquisição societária (b)	-	-	(13.105)	(34.980)
Juros sobre aquisição de investimento (c)	-	-	(15.484)	(83.042)
Taxas bancárias	-	-	(307)	(5.261)
Perdas de variação cambial	-	-	(2.614)	(3.247)
Juros sobre arrendamento	-	-	(6.210)	(6.771)
Juros sobre empréstimos	-	-	(353.711)	(310.486)
Outras despesas financeiras	(6.839)	(7.125)	(27.390)	(32.072)
Despesa financeira	**(6.839)**	**(7.125)**	**(418.821)**	**(475.886)**
Resultado financeiro	**4.657**	**5.601**	**(174.365)**	**(295.115)**

(a) Refere-se a alterações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. compreendidos por opções de compra e venda e considerações contingentes de aquisições de empresas e de investimentos em coligadas e joint ventures, conforme descrito na nota 15. (b) Refere-se a variações no valor das contas a pagar de aquisição societária. compreendendo as opções de compra e venda, conforme descrito na nota 15. (c) Refere-se, principalmente, a despesa de juros sobre passivos relacionados a combinações de negócios e investimentos em coligadas, conforme descrito na nota 15.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(160.082)	(35.258)	(252.748)	8.725
Alíquota fiscal combinada - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	54.428	11.988	85.934	(2.967)
Ajuste para o cálculo de alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(55.025)	(10.831)	(55.253)	(38)
Efeito do lucro presumido nas controladas(a)	-	-	-	-
Diferenças permanentes (b)	(1.324)	360	85.423	10.594
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-
Prejuízo fiscal não diferido	-	-	(25.359)	(50.055)
Outras adições (exclusões) líquidas	-	-	-	-
	(1.921)	1.517	90.745	(42.466)
Corrente	(400)	-	(28.627)	(33.651)
Diferido	(1.521)	1.517	119.372	(8.815)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.921)	1.517	90.745	(42.466)
Alíquota efetiva	1,2%	4,3%	-35,9%	486,7%

(a) A legislação tributária brasileira estabelece que as empresas que geram receita bruta de até R$ 78.000 no ano fiscal anterior podem calcular o imposto de renda como um percentual da receita bruta. usando o regime de imposto de renda presumido. As controladas do Grupo adotaram esse regime tributário e o efeito do lucro presumido das controladas representa a diferença entre a tributação baseada neste método e o valor que seria devido com base na taxa estatutária aplicada ao lucro tributável das controladas. (b) Refere-se principalmente a diferenças permanentes de despesas não dedutíveis do plano de remuneração baseado em ações.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: As alterações nos ativos e passivos diferidos do imposto são as seguintes:

Controladora

	31 de dezembro de 2023	Efeito no resultado do exercício	31 de dezembro de 2024	Efeito no resultado do período	30 de setembro de 2025
Impostos diferidos ativos					
Prejuízo fiscal	**-**	-	**-**	-	**-**
Remuneração base de ações	**-**	1.521	**1.521**	(1.521)	**-**
Outras diferenças temporárias	**4**	(4)	**-**	-	**-**
Total de impostos diferidos ativos	**4**	**1.517**	**1.521**	**(1.521)**	**-**

Consolidado

	31 de dezembro de2023	Efeito no resultado do exercício	31 de dezembro de 2024	Efeito no resultado do período	Reestruturação Societária	30 de setembro de 2025
Impostos diferidos ativos						
Prejuízo fiscal	**310.734**	88.999	**399.733**	**165.820**	-	**565.553**
Diferenças temporárias:						
Instrumentos financeiros derivativos	**205.713**	25.093	**230.806**	**(21.687)**	-	**209.119**
Outras diferenças temporárias	**113.915**	(23.573)	**90.342**	**15.127**	-	**105.469**
Plano de remuneração em ações	**37.970**	10.215	**48.185**	**17.331**	17.991	**83.507**
Benefício fiscal do ágio dedutível do imposto	**1.342**	(1.342)	**-**	**-**	-	**-**
Amortização de ativos intangíveis	**31.013**	(2.763)	**28.250**	**(2.760)**	-	**25.490**
Total de impostos diferidos ativos	**700.687**	96.629	**797.316**	**173.831**	17.991	**989.138**
Impostos diferidos passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	**(10.697)**	8.828	**(1.869)**	**-**	-	**(1.869)**
Benefício fiscal do ágio dedutível do imposto	**(190.114)**	(84.743)	**(274.857)**	**(63.403)**	-	**(338.260)**
Outras diferenças temporárias	**(54.696)**	(29.531)	**(84.227)**	**(9.047)**	-	**(93.274)**
Total de impostos diferidos passivos	**(255.507)**	(105.446)	**(360.953)**	**(72.450)**	-	**(433.403)**
Impostos diferidos ativos (passivos), líquido	**445.180**	(8.817)	**436.363**	**101.381**	17.991	**555.735**
Impostos diferidos ativos	**445.180**		**436.363**			**555.735**
Impostos diferidos passivos	-					

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possuía ativos fiscais diferidos não reconhecidos no montante de R$ 110.564 (31 de dezembro de 2024: R$ 96.776), referente a subsidiárias que não possuem histórico de lucro tributável. Os prejuízos fiscais a compensar não expiram e não podem ser utilizados para compensar o lucro tributável de outras subsidiárias da Companhia, porém, sua compensação é limitada a 30% do lucro tributável anual. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos é respaldado pelas projeções futuras de rentabilidade da Companhia e pelos seus resultados históricos. **Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido:** Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	30/09/2026	30/09/2027	30/09/2028	Após 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social a realizar	120.286	100.736	254.861	79.852	555.735

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo detém os seguintes instrumentos financeiros:

	Consolidado		
Ativos financeiros	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
30 de setembro 2025			
Aplicações financeiras	42.022	111.952	153.974
Contas a receber de clientes	-	1.257.896	1.257.896
Partes relacionadas	-	16.099	16.099
Outros ativos	-	80.387	80.387
Investimentos	14.024	-	14.024
	56.046	**1.466.334**	**1.522.380**
31 de dezembro de 2024			
Aplicações financeiras	858	178.789	179.647
Contas a receber de clientes	-	1.365.535	1.365.535
Partes relacionadas	-	305.888	305.888
Outros ativos	-	4.223	4.223
Investimentos	11.876	-	11.876
	12.734	**1.854.435**	**1.867.169**

Passivos financeiros	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Total
30 de setembro de 2025			
Fornecedores	-	423.673	423.673
Contas a pagar de aquisição societária	-	6.443	6.443
Arrendamento	-	79.317	79.317
Empréstimos e financiamentos	-	3.038.267	3.038.267
Obrigações a cotistas de FIDC	-	342.997	342.997
	-	**3.890.697**	**3.890.697**
31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	-	196.598	196.598
Contas a pagar de aquisição societária	383.156	171.924	555.080
Arrendamento	-	83.903	83.903
Empréstimos e financiamentos	-	2.645.063	2.645.063
Obrigações a cotistas de FIDC	-	238.423	238.423
Contas a pagar de aquisição societária	**383.156**	**3.335.911**	**3.719.067**

	Controladora		
Ativos financeiros	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
30 de setembro de 2025			
Partes relacionadas	-	118.791	118.791
	-	**118.791**	**118.791**
31 de dezembro de 2024			
Partes relacionadas	-	107.842	107.842
	-	**107.842**	**107.842**

Passivos financeiros	Passivos a valor justo por meio do resultado	Passivos a custo amortizado	Total
30 de setembro de 2025			
Fornecedores	-	58	58
Outras contas a pagar	-	67.766	67.766
	-	**67.824**	**67.824**
31 de dezembro de 2024			
Fornecedores	-	222	222
	-	**222**	**222**

A exposição da Companhia a certos riscos associados aos instrumentos financeiros é discutida na nota 23. A exposição máxima ao risco de crédito no final do período é o montante de cada classe de ativos financeiros acima mencionados. **(a) Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado:** *Instrumentos financeiros derivativos*: A Companhia mantém opções de venda de investimentos e derivativos de swap para proteger sua exposição ao risco de câmbio, especificamente para contratos de empréstimos. Esses derivativos são mensurados pelo valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo resulta em ganho, e como passivos financeiros quando o valor justo resulta em perda. Quaisquer ganhos ou perdas desses derivativos são reconhecidos diretamente na demonstração de resultados. Até e para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhum dos derivativos da Companhia foi designado como hedge para fins contábeis. *Montante reconhecido no resultado do período:* As variações nos valores justos dos instrumentos financeiros ao valor justo por meio *do* resultado são registradas em rendimentos financeiros (despesas) no resultado. No período findo em 30 de setembro de 2025, não foram registrados ganhos ou perdas (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve perda de R$ 1.133). **(b) Reconhecimento do valor justo:** *(i) Hierarquia do valor justo:* A tabela abaixo detalha os julgamentos e estimativas feitos na determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros que são reconhecidos e mensurados pelo valor justo através do resultado nas demonstrações financeiras. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos insumos utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros nos três níveis. Os ativos e passivos são medidos e reconhecidos pelo valor justo da seguinte forma:

		Consolidado	
	Hierarquia	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	Nível 2	42.022	858
Investimentos	Nível 1	14.024	11.876
Passivos financeiros			
Contas a pagar de aquisição societária	Nível 3	-	383.156

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia avaliou os valores justos de seus instrumentos financeiros. Esta avaliação não indica valores justos significativamente diferentes dos montantes contabilizados. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base nas informações de mercado disponíveis e nas metodologias de avaliação adequadas. A política da Companhia é reconhecer as transferências de e para os níveis de hierarquia de valor justo no final do período de relatório. Não houve transferências entre níveis para mensuração recorrentes de valor justo durante os exercícios da demonstração financeira. *(ii) Técnicas de avaliação utilizadas para determinar os valores justos:* As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • a utilização de preços de mercado cotados para instrumentos semelhantes; • o valor justo dos derivativos é calculado com a *Black & Scholes*; e • o valor justo dos instrumentos financeiros restantes é determinado com base na análise do fluxo de caixa descontado. Todas as estimativas de valor justo restantes são incluídas no nível 2, exceto para a contraprestação contingente e certos contratos derivativos, onde os valores justos foram determinados com base em valores atuais e as taxas de desconto utilizadas foram ajustadas para contraparte ou próprio risco de crédito. Se os insumos usados para mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo caem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada na íntegra no mesmo nível da hierarquia de valor justo como o insumo de nível mais baixo que é significante para toda a medição. *(iii) Mensuração do valor justo usando inputs não observáveis significativos (nível 3):* A tabela a seguir apresenta as movimentações de itens do nível 3 para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado
Mensuração de valor justo recorrentes:	Contas a pagar de aquisição societária
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(394.282)**
Pagamentos efetuados	45.660
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	(34.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(383.156)**
Pagamentos efetuados	308.294
Variação nas contas a pagar de aquisição societária	74.862
Saldo em 30 de setembro de 2025	**-**

(iv) Transferências entre nível 2 e nível 3: Para o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não transferiu nenhum instrumento financeiro do nível 2 para nível 3. *(v) Processos de avaliação:* O departamento financeiro da Companhia realiza e revisa as avaliações dos itens exigidos para fins de demonstrações financeiras, incluindo os valores justos do nível 3. Discussões sobre processos de avaliação e resultados estão de acordo com os períodos de elaboração das demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia contrata especialistas independentes para mensurar o valor justo de certos ativos financeiros. Os principais insumos de nível 3 utilizados pela Companhia são derivados e avaliados da seguinte forma: • As taxas de desconto para ativos financeiros e passivos financeiros são determinadas usando um modelo de preço de ativos de capital para calcular uma taxa de pré-imposto que reflita as avaliações atuais do mercado sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico para o ativo; • Os ajustes de riscos específicos das contrapartes (incluindo pressupostos sobre as taxas de inadimplência de crédito) são derivados de dados de mercado observáveis de classificação de risco de crédito; • Os fatores de crescimento dos ganhos para títulos de capital não cotados são calculados com base em informações de mercado para tipos semelhantes de empresas; • Contraprestação contingente - os fluxos de caixa esperados são estimados com base nos termos das aquisições de investimentos e o conhecimento da entidade sobre o negócio, bem como o ambiente econômico atual.

23. RISCOS

(a) Gestão de riscos financeiros: A Companhia monitora os riscos de mercado, crédito e operacional em consonância com os objetivos da gestão de capital e conta com o apoio, acompanhamento e supervisão do Conselho de administração em decisões relacionadas à gestão de capital e seu alinhamento com os objetivos e riscos. A Companhia monitora a efetividade da gestão de risco. As análises de sensibilidade nas seções a seguir estão relacionadas à posição em 30 de setembro de 2025. *Gestão de capital:* Os objetivos da Companhia na gestão do capital são: • Maximizar o valor dos acionistas; • Garantir a continuidade operacional, para que a Companhia continue a fornecer retornos para os acionistas e benefícios para outras partes interessadas; e • manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo do capital. A fim de manter ou alterar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos acionistas, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. Não foram feitas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024. (i) Risco de câmbio: A Companhia não atua fora do Brasil e não possui exposição ao risco cambial em transações comerciais, ou seja, receitas ou despesas. *(ii) Risco de liquidez*: A gestão da Companhia tem a responsabilidade de mitigar o risco de liquidez. A fim de atingir seus objetivos, a administração revisa regularmente o risco e mantém as reservas apropriadas, incluindo linhas de crédito bancário com as instituições financeiras de primeira linha. A gestão monitora continuamente os fluxos de caixa projetados e reais e a combinação dos perfis de maturidade dos ativos e passivos financeiros. Os principais requisitos para os recursos financeiros utilizados pela Companhia surgem da necessidade de efetuar pagamentos para impressão de material didático, despesas de frete, despesas operacionais, obrigações trabalhistas e sociais e outros desembolsos operacionais. A tabela abaixo resume o perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base nos valores não descontados contratados:

	Controladora						
Em 30 de setembro de 2025	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Total
Fornecedores	58	-	-	-	-	-	58
	58	-	-	-	-	-	58

	Controladora						
Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Total
Fornecedores	222	-	-	-	-	-	222
	222	-	-	-	-	-	222

	Consolidado							
Em 30 de setembro de 2025	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	423.673	-	-	-	-	-	-	423.673
Passivo de arrendamento	10.291	24.974	20.953	4.406	8.025	9.319	1.349	79.317
Empréstimos e financiamentos	48.600	640.654	928.996	683.129	501.080	235.808	-	3.038.267
Obrigações a cotistas de FIDC	10.132	11.579	251.286	11.667	58.333	-	-	342.997
Contas a pagar de aquisição societária	6.443	-	-	-	-	-	-	6.443
	499.139	**677.207**	**1.201.235**	**699.202**	**567.438**	**245.127**	**1.349**	**3.890.697**

	Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	196.598	-	-	-	-	-	-	196.598
Passivo de arrendamento	10.537	33.082	24.161	5.851	5.553	2.966	1.753	83.903
Empréstimos e financiamentos	96.615	408.867	578.987	846.463	448.010	266.121	-	2.645.063
Obrigações a cotistas de FIDC	-	131.343	23.747	83.333	-	-	-	238.423
Contas a pagar de aquisição societária	6.169	543.077	5.834	-	-	-	-	555.080
	309.919	**1.116.369**	**632.729**	**935.647**	**453.563**	**269.087**	**1.753**	**3.719.067**

(iii) Risco de contraparte financeira: Esse risco surge da possibilidade de que a Companhia pode incorrer em perdas devido ao padrão de suas contrapartes. Para atenuar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes. Os limites de crédito da contraparte, que levam em conta as classificações de crédito publicadas e outros fatores, são estabelecidos para cobrir a exposição total da Companhia a uma única instituição financeira. As exposições e os limites aplicáveis a cada instituição financeira são aprovados pela tesouraria dentro das diretrizes aprovadas pelo Conselho e são revisados regularmente. *(iv) Risco de taxa de juros*: O risco de taxa de juro é o risco do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem devido às variações das taxas de juro do mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros do mercado refere-se principalmente aos investimentos da Companhia com taxas de juros flutuantes. A companhia é exposta principalmente às flutuações nas taxas do CDI em aplicações financeiras, partes relacionadas, contas a pagar de aquisição societária e empréstimos e financiamentos. (v) Análise de sensibilidade: A Companhia tem uma parcela significativa de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI. De acordo com as taxas de referência obtidas no website da Bolsa de Valores Brasileira - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e projetada para 9 meses, em 30 de setembro de 2025 a taxa do CDI era de 10.30%. Em 30 de setembro de 2025, a administração da Companhia estimava dois cenários das taxas do CDI em + 10% e -10%, os quais foram utilizados como base para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela administração e o efeito no resultado antes do imposto de renda:

	Controladora		
	Exposição	+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	8.591	88	(88)
Partes Relacionadas	71.540	737	(737)

	Consolidado		
	Exposição	+10%	-10%
Caixa e equivalentes de caixa	1.074.962	11.072	(11.072)
Aplicações financeiras	153.974	1.586	(1.586)
Partes Relacionadas	16.099	166	(166)
Contas a pagar de aquisição societária	6.443	66	(66)
Empréstimos e financiamentos	3.038.266	31.294	(31.294)
Obrigações a cotistas de FIDC	342.998	3.533	(3.533)

A Companhia realiza a avaliação do seu valor justo no final de cada período/exercício, a fim de contabilizar quaisquer alterações a ela, conforme divulgado na nota 23. Estes derivativos, que não são comercializados publicamente, têm condições específicas que não nos permitem apresentar uma análise de sensibilidade em relação às taxas de juros específicas ou índices de mercado.

Variações no passivo decorrentes de atividades de financiamento

Controladora	31 de dezembro de 2023	Fluxos de caixa	Outros	31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa	Outros	30 de setembro de 2025
Dividendos	**5.700**	-	-	**5.700**	-	-	5.700
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Total	**5.700**	**-**	**-**	**5.700**	**-**	**-**	**5.700**

Consolidado	31 de dezembro de 2023	Fluxos de caixa	Outros	31 de dezembro de 2024	Fluxos de caixa	Outros	30 de setembro de 2025
Dividendos	5.700	-	-	5.700	-	-	5.700
Passivo de arrendamento	48.957	(48.588)	83.534	83.903	(47.771)	43.185	79.317
Empréstimos e financiamentos	1.862.921	497.770	284.372	2.645.063	(642.307)	1.035.511	3.038.267
Obrigações a cotistas de FIDC	113.612	94.279	30.532	238.423	(63.191)	167.765	342.997
Total	**2.031.190**	**543.461**	**398.438**	**2.973.089**	**(753.269)**	**1.246.461**	**3.466.281**

24. CONTINGÊNCIAS

Processos judiciais: O Grupo é parte em processos trabalhistas e tributários em andamento que surgem durante o curso normal dos negócios. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela Administração. suportada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

	Consolidado			
	Civil	Trabalhista	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**245**	**1.571**	**971**	**2.787**
Adições	1.816	5.326	1.394	8.536
Reversões	(1.167)	(2.009)	(1.058)	(4.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**894**	**4.888**	**1.307**	**7.089**
Adições	8.401	10.104	192	18.697
Reversões	(1.943)	(8.551)	(150)	(10.644)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**7.352**	**6.441**	**1.349**	**15.142**

Em 30 de setembro de 2025. o Grupo possuía ações classificadas como perda possível. totalizando R$ 6.921 (2024: R$ 11.221). conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Cível (a)	5.379	7.058
Trabalhista (b)	461	3.209
Tributário	1.081	954
Total	**6.921**	**11.221**

(a) Os processos cíveis referem-se, principalmente, às reivindicações de clientes, incluindo os relacionados à quebra de contratos, entre outros. (b) Os processos trabalhistas aos quais o Grupo é parte foram apresentados por ex-funcionários ou funcionários de prestadores de serviços terceirizados que buscam responsabilidade conjunta para os atos dos fornecedores e prestadores de serviços do Grupo.

25. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de setembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo realizou as seguintes atividades não caixa que não são refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024	30 de setembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo de arrendamento (Nota 12)	-	-	39.556	77.074
Efeito Reflexo em investidas - plano de remuneração baseado em ações	15.289	1.359	-	-

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição da Edify Education: Em 13 de novembro de 2025, a Companhia assinou um acordo para adquirir a Edify Education S.A., que desenvolve e oferece soluções educacionais completas para o ensino da língua inglesa no segmento de ensino fundamental e médio. Suas soluções combinam materiais didáticos impressos e digitais, trilhas pedagógicas estruturadas, plataformas educacionais e suporte contínuo às escolas parceiras, contribuindo para a implementação ou fortalecimento de programas bilíngues e de inglês em instituições de ensino básico. O preço de compra totaliza R$105.600, a ser pago em duas parcelas. A primeira parcela, no valor de R$53.100, será paga no fechamento do negócio atualizada pelo CDI desde a data de assinatura do acordo. O saldo restante será atualizado pela taxa CDI pro rata e será pago integralmente dois anos após a data de fechamento. A transação está sujeita às condições habituais de fechamento, incluindo aprovações antitruste e outras aprovações regulatórias. O pedido antitruste relacionado a esta transação foi apresentado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Brasil e está atualmente em análise. O fechamento da aquisição só ocorrerá após o recebimento da aprovação final do CADE. Esta transação amplia a presença da Arco no mercado suplementar, adicionando soluções de alta qualidade com preços complementares ao seu portfólio. A Arco acredita no grande potencial do inglês como segunda língua e nas tendências favoráveis do mercado para as habilidades do século XXI. Um portfólio ainda mais forte posiciona melhor o Grupo para capturar essa demanda fora da base escolar da Companhia.

Diretoria

Ari de Sá Cavalcante Neto (Diretor Presidente), Arieh Levin (Diretor Financeiro), João Marcos da Cunha Silva (Diretor sem designação específica) e Francigleidson Teixeira Oliveira (Diretor sem designação específica).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Arco Educação S.A.** - Fortaleza-CE

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arco Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 30 de setembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidadas para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Alteração do exercício social:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia alterou o encerramento de seu exercício social, que anteriormente ocorria em 31 de dezembro de cada ano e, a partir deste exercício, passou a encerrar-se em 30 de setembro de cada ano, conforme deliberação dos acionistas e atualização de seu estatuto social. Consequentemente, no exercício corrente, as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa compreendem um período de nove meses, enquanto as respectivas demonstrações correspondentes do exercício anterior compreendem um período de doze meses. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 18 de dezembro de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP015199/O-6
Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC PE-020.728/O

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 27/01/2026 04:32:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...